

## ***Caçadas de Pedrinho, de Monteiro Lobato e o Parecer do CNE: reflexões***

Prof. Dr. Eliane Santana Dias Debus<sup>i</sup> (UFSC)

### ***Resumo:***

*Nosso foco de reflexão nesta comunicação tem como centelha a matéria do jornal O Globo, “Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das Escolas”, publicada em 29/10/2010 que teve como mote o Parecer do Conselho Nacional de Educação /CEB nº 15/2010, referente ao recurso de Antônio Gomes da Costa Neto sobre a utilização de Caçadas de Pedrinho, de Monteiro Lobato, em escola do sistema de ensino particular do Distrito Federal. O recurso, o Parecer e a Matéria jornalística por certo trouxeram à tona uma polêmica sempre acesa quando se aborda a temática racial na literatura de Monteiro Lobato (1882-1948). As primeiras labaredas provocadas pelo recurso e o parecer resultaram na matéria que crepitou a fogueira. A produção literária de Lobato não recebeu aprovação unânime e sempre foi cercada de polêmica; no entanto, censurá-la e proibi-la seria desconsiderar a história que a cerca. E o parecer do CNE não cita o banimento. Cabe-nos neste trabalho não aquietar o fogo, mas por certo apresentar o contexto da produção lobatiana, o contexto contemporâneo de recepção de seus títulos infantis, bem como as discussões pertinentes promovidas pela Lei 10.639/2003.*

**Palavras-chave:** Literatura infantil, Monteiro Lobato, Caçadas de Pedrinho, Conselho Nacional de Educação, Étnico-racial

## **1 Introdução**

Neste lugar privilegiado de debate – XIII Congresso Internacional ABRALIC , em Simpósio Temático específico sobre o escritor taubateano “Monteiro Lobato: texto e contexto” – em que estão reunidos pesquisadores que se debruçam sobre sua produção literária, trago para a reflexão a polêmica sobre a recepção contemporânea da literatura de Monteiro Lobato promovida a partir do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o livro *Caçadas de Pedrinho*, no que diz respeito às tensões no campo das relações étnico-raciais.

Para este momento retomo meu discurso publicizado na ocasião do debate sobre o documento do CNE (DEBUS, 2010), discurso que de algum modo me parecia (e creio que ainda seja) dissonante ao de colegas da área e pesquisadores lobatianos. Falo de um lugar marcadamente *suigeneris*, mas que me habilita a transitar pelo tema, senão de forma tranqüila, com a marca da inquietude. Como pesquisadora de literatura infantil e juvenil, em 2001, concluí pesquisa de Doutorado que teve como foco a recepção da literatura infantil de Monteiro Lobato nas décadas de 1920, 1930 e 1940, que resultou na publicação do livro *Monteiro Lobato e o leitor, esse conhecido* (DEBUS, 2004). Por outro lado, tenho me dedicado, nos últimos anos, ao mapeamento da temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura infantil e juvenil contemporânea, promovido pela demanda da Lei 10.639/2003.

Desse modo, meu discurso não encerra verdades, mas questionamentos de quem ao transitar por caminhos tão singulares não procura atalhos, veredas, nem lugares definidos, mas possibilidades de encontros com outras vozes plurais.

## 2 A polêmica

A matéria do jornal *O Globo*, com o título “Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das Escolas”, publicada em 29/10/2010, por certo trouxe à tona uma polêmica sempre acesa quando se aborda a temática racial na literatura de Monteiro Lobato (1882-1948). O livro em questão *Caçadas de Pedrinho* foi publicado em 1924 com o título *A caçada da Onça* e, em 1933, foi reorganizado com o título atual; reeditado em 2009 pela Editora Globo, numa proposta de publicação das obras completas de Monteiro Lobato, ainda não realizada em sua totalidade.

O Parecer do CNE/CEB nº 15/2010, que tem como relatora a professora Nilma Lino Gomes, é uma resposta ao recurso – datado de julho de 2010 - de Antônio Gomes da Costa Neto sobre a utilização de *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, adotado em escola do sistema de ensino particular do Distrito Federal “A crítica realizada pelo requerente foca, de maneira mais específica, a personagem feminina e negra Tia Anastácia e as referências aos personagens animais tais como urubu, macaco e feras africanas. Estes fazem menção revestida de estereotipia ao negro e ao universo africano, que se repete em vários trechos do livro analisado” (Parecer).

Ora, quem é leitor dos títulos de Monteiro Lobato por certo sabe que os termos pejorativos relativos à personagem negra Tia Nastácia pululam ao longo de sua obra. Teríamos então que expurgar os títulos de Monteiro Lobato das escolas brasileiras? Segundo a nota técnica explicitada no Parecer, a obra com o título *Caçadas de Pedrinho* “só deve ser utilizada no contexto da educação escolar quando o professor tiver a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no Brasil”, apontando a importância da formação dos professores para “que sejam capazes de lidar com este tipo de situação no cotidiano escolar”, observando-se, para isso, a necessidade de atuação das instituições de ensino superior.

O parecer não nega a qualidade literária dos livros de Monteiro Lobato, mas alerta para “à adoção desse livro e de outras obras que apresentem estereótipos raciais” quer seja nas instituições particulares quer seja nas públicas e a necessidade de o professor mediar a leitura literária.

Não vejo essa afirmação como um desrespeito aos professores, temos que ter, sim, o olhar sensível para perceber que muitos daqueles professores que atuam no ensino fundamental e médio desconhecem a produção literária para crianças e jovens; que, em muitas instituições universitárias, os estudos sobre literatura e ensino são um fazer recente e que estudos sobre a temática étnico-racial nos livros infantis e juvenis são mais recentes ainda. E, sem sombra de dúvidas, existe um silenciamento na formação dos educadores (como até bem pouco era a minha!) em relação ao continente africano e à formação étnica brasileira. Não é à-toa que a formação de mediadores de leitura tem ganhado importância nos fóruns de discussão.

A sugestão do Parecer de inserir nota explicativa não afeta a forma como a coleção vem sendo apresentada ao público leitor, pois nos títulos já reeditados existe um texto introdutório comum produzido por Márcia Camargos e Vladimir Sacchetta (autores, juntamente com Carmen Azevedo, de *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*, 2008), e um específico para cada título. No caso de *Caçadas de Pedrinho*, os estudiosos destacam o contexto em que o livro foi produzido, alertando para o distanciamento com as preocupações do meio ambiente, tão presentes atualmente “Essa grande aventura da turma do Sítio do Picapau Amarelo acontece em um tempo em que os animais silvestres ainda não estavam protegidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), nem a onça era uma espécie ameaçada de extinção, como nos dias de hoje” (LOBATO, 2009, p. 19).

Assim, a contextualização, sobre as mudanças de mentalidade ocorridas na época da produção do título e os dias de hoje, solicitada pelo requerente, já ocorre. Por que não anunciar os enfrentamentos racistas existente no livro? Destaca-se que não será necessário criar um manual/guia/roteiro de leitura, pois o formato de apresentação e contextualização já está presente na estrutura da coleção.

No Brasil das últimas décadas do século XX e neste início do século XXI, muito tem se pensado e realizado no campo do debate das questões étnico-raciais e leis antirracistas. Lembremos

a promulgação da Constituição Federal de 1988, que decreta a prática do racismo como crime inafiançável (artigo 5º, inciso XLII); no campo educacional público e privado a Lei nº 9.394, de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação (Artigo 26, 26 A), alterada pela Lei nº 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a Lei nº 11.645/08, instituindo História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial das escolas de Ensino Fundamental e Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (julho/2004).

Não problematizar essas questões não seria desabonar a legislação vigente e toda a luta desencadeada nos últimos anos pelos movimentos negros, núcleos de estudos negros, entre outros setores da sociedade?

A Lei 10.639/2003, como uma política pública de Ação Afirmativa, reconhece a diversidade étnico-racial, valoriza a história e a cultura dos povos negros e se propõe a construir uma educação anti-racista, sem sombra de dúvidas, trouxe avanços para essas discussões no espaço escolar, no entanto, a sua aceitação não é unânime, como destaca Nilma Gomes:

em alguns setores da mídia, dos meios intelectuais e políticos permanecem tensões e discordâncias sobre a importância da inclusão da temática étnico-racial nas políticas curriculares e nos processos de gestão. A Lei 10.639/03, suas diretrizes nacionais e a resolução CNE/CP 1/2004 podem ser consideradas como um divisor de águas e, ao mesmo tempo, a explicitação dos tensionamentos sobre a responsabilidade do poder público no combate às desigualdades raciais. (GOMES, 2009, p.19)

O tensionamento das relações étnico-raciais fica explícito em políticas afirmativas como as cotas para o vestibular que têm gerado fortes embates, no entanto, a inserção da temática nos currículos escolares não tem ocorrido de forma efetiva, após 11 anos de sua promulgação, basta atentarmos para as tentativas do governo nas organizações de orientações e seminários para a sua implementação.

Segundo Nilma Lino Gomes, que coordena uma pesquisa nacional – em fase de conclusão – sobre as práticas pedagógicas escolares com relações étnico-raciais na perspectiva da Lei 10.639, existe desconhecimento sobre a Lei e o que ela representa, gerando interpretações equivocadas. A pesquisadora afirma que muitos gestores não implementam a Lei por uma compreensão errônea de restrição social, como se ela não fosse para a sociedade como um todo, mas uma lei dos negros e para os negros (GOMES, 2010, p.7). Em um país, como o Brasil, em que o mito da democracia racial imperou - e ainda impera – e fez com que se “abafasse” os tensionamentos étnico-raciais, colabora para uma resistência a implementação da Lei.

Curioso é que o mercado editorial brasileiro, mesmo que de forma tímida, tem ampliado o número de títulos que tematizam a cultura africana e afro-brasileira, por certo dialogando com a demanda da Lei 10.639/2003 que destaca que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira deverão estar presente em todo o currículo, dando ênfase as áreas de Educação Artística, Literatura e História (BRASIL, 2004 ).

## **(In)conclusão**

Entre os e-mails, twitters, blogs, sites, e outros meios de aligeirar as notícias que circularam entre os dias 29/10 e 02 de novembro, foram constantes os argumentos de que Monteiro Lobato não era racista. Alguns levantam que expressões como “Macaca carvão”, “negra beijuda”, “negra velha”, utilizadas para se referir a Tia Nastácia, não são pejorativas e/ou preconceituosas, afinal “quem não gosta de beijar uma boca beijuda”, afirmou um escritor de literatura infantil, ou “não sou racista, minha empregada é negra”, destacou outra colega.

É necessário lembrar que Monteiro Lobato, considerado um homem a frente do seu tempo, para as discussões raciais não adotou um postura antirracista, era adepto ao movimento eugenista (como podemos ler em seu romance *O presidente Negro ou o Choque das Raças*).

Para quem quer adentrar na reflexão sobre a presença do negro na literatura de Monteiro Lobato, três artigos, a meu ver, são importantes e se completam: 1) Negros e negras em Monteiro Lobato (LAJOLO, 1999); Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica (GOUVEIA, 2000) e O presidente negro: um olhar brasileiro sobre a eugenia nos Estados Unidos da América (AMARANTE, 2008). Em todos eles, não vemos um descrédito à produção literária de Lobato, nem uma descaracterização do seu poder imaginativo e do papel que exerceu na formação de uma geração de leitores, mas, por certo, levantam que, no Brasil moderno de Lobato, os negros tinham um papel de subalternidade.

Certamente, as crianças do século XXI vivem numa sociedade e têm experiências com a leitura diversa daquelas realizadas pelas crianças das primeiras décadas do século XX. Na pesquisa empreendida durante um período aproximado de 4 anos, debruçei-me sobre a leitura dos títulos de recepção infantil de Lobato e as cartas trocadas com seu público, buscando verificar o papel desempenhado pelo escritor para a construção da sensibilidade leitora da geração que viveu sua infância entre as décadas de 1920 a 1940. Dos 385 documentos analisados (desenhos, cartas, bilhetes) tia Nastácia é lembrada pelas crianças pelos seus quitutes, e raro aparece questionamento de sua posição de subalternidade no grupo; no entanto, isso não quer dizer que os leitores não sentiam certo desconforto com o tratamento dado à personagem, em especial pela boneca Emília, como pode se ler na despedida epistolar de Gilson Maurity Santos (menino carioca de 10 anos): “Adeus e lembranças a todos e diga à Emília que não vá brigar com Tia Nastácia, é conselho meu, ouviu?” (Carta de 28/04/1934 – IEB, USP).

Quais as indagações que as crianças deste início de milênio fazem/farão em relação ao tratamento não “afetivo” da boneca em relação a sua criadora (Tia Nastácia é quem a confeccionou!!)? Ficaria no plano do (des)afeto ou encontrariam ali uma postura racista?

A produção literária de Lobato não recebeu aprovação unânime e sempre foi cercada de polêmica; no entanto, censurá-la e proibi-la seria desconsiderar a história que a cerca. E o parecer do CNE não cita o banimento. A caça às bruxas aos livros de Lobato, nas décadas de 1930 e 1940, promovida pela Igreja e pelo Estado, deve ser lembrada aqui para que em nenhum momento se pense em “queimas”, como aquelas nos documentos da Escravização, realizadas pela República que se instalava, ou aos centros religiosos de origem afro-brasileiros, até hoje perseguidos.

Marisa Lajolo, em nota sobre a polêmica da “proibição” de *Caçadas de Pedrinho*, pergunta: “como os Estados Unidos (melhor dizendo, autoridades educacionais norte-americanas) lidam com obras como *Tom Sayer*, *Aventuras de Huck*, *Cabana de Pai Tomás*? Circulam nas escolas? Não circulam? Circulam com informações de que têm conteúdo racista?”. Creio que essa pergunta deva ser estendida no plano da educação brasileira. E cabe a nós, escritores, professores, pesquisadores, cidadãos, enfim população como um todo, discutir seriamente sobre o assunto.

## **Referências Bibliográficas**

□1] AMARANTES, Dirce W. *O presidente negro: um olhar brasileiro sobre a eugenia nos Estados Unidos da América* <<http://www.cronopios.com.br/site/critica.asp?id=3650>>. Acessado em 20 de novembro de 2010.

□2] BRASIL, BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

- 3] BRASIL. Lei no. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União* de 10 de janeiro de 2003.
- 4] DEBUS, Eliane. *Monteiro Lobato e o leitor, esse conhecido*. Florianópolis: UFSC, 2004.
- 5] \_\_\_\_\_. Caçada polêmica na terra do faz de conta. *Diário Catarinense*, Cultura, no. 401, sábado, 13 nov. 2010.
- 6] *O Globo*, Conselho de Educação quer banir livro de Monteiro Lobato das Escolas, publicada em 29/10/2010.
- 7] GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/2003 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, M; HERINGER, R. (Orgs.) *Caminhos emergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.
- 8] GOMES, Nilma Lino. Implantação da lei 10.639 esbarra na gestão do sistema e das escolas. *Nação escola*, 2, p.6-9., 2010.
- 9] GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. Texto apresentado no CONGRESSO DO ISCHE (INTERNATIONAL SOCIETY CONFERENCE OF HISTORY OF EDUCATION), 23, 2000, Alcalá de Henares, Espanha. Acessível em <http://www.scielo.br>
- 10] LAJOLO, Marisa. Negros e negras em Monteiro Lobato. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. (Org.). *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- 11] LOBATO, Monteiro. *Caçadas de Pedrinho*. Il. Paulo Borges. São Paulo: Globo, 2009.